

RELATÓRIO PRELIMINAR DA COMISSÃO INTERVENTORA - HOSPITAL REGIONAL DARCY VARGAS

RELATÓRIO Nº: 001

INTERVENTOR: JUBERTO FOLENA DE OLIVEIRA JUNIOR

ENTE INTERVENIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO

ATO DE INTERVENÇÃO: Decreto nº 068/2021

Trata o presente relatório preliminar, objeto de análise inicial da comissão interventora, o apontamento das necessidades e irregularidades encontradas nos primeiros dias da intervenção municipal, bem como das ações emergenciais a serem tomadas para o retorno das atividades, de maneira efetiva, do Hospital Regional Darcy Vargas.

Os itens abaixo enumerados apresentam cada uma das ações necessárias para resolução das situações emergenciais e de curto prazo, bem como as ações executadas pela comissão interventora junto a instituição.

1 – AÇÕES EXECUTADAS

A fim de conhecer os problemas existentes no Hospital Regional Darcy Vargas, a Comissão Interventora reuniu os chefes e funcionários dos setores médicos e administrativo para que eles pudessem apontar quais eram os obstáculos, gerais e emergenciais, que estavam impedindo o pleno funcionamento do hospital. Segue abaixo as medidas executadas, para resolver, de maneira emergencial, parte dos problemas encontrados.

1.1 – REUNIÃO COM O CORPO MÉDICO E ADMINISTRATIVO DO HOSPITAL

Ao final da reunião, a comissão ciente dos óbices informado pelos funcionários do hospital, detectou as seguintes demandas:

- Os salários dos funcionários estão atrasados. Os funcionários celetistas em 1(um) mês, e os PJ e RPA em mais de 1 (um) mês, com variações;
- Alguns funcionários estão com carga horária reduzida, e com isso recebendo o valor proporcional as horas trabalhadas, para redução da folha de pagamento. Porém, para reestabelecimento pleno do serviço, esses funcionários precisam voltar ao seu horário integral, dessa forma inflando ainda mais a folha de pagamento;
- Os encargos tributários estão em atraso. O INSS está atrasado desde outubro de 2020, e o FGTS desde 2014, motivando diversas ações trabalhistas contra o hospital;
- Existem hoje cerca de 50 (cinquenta) ações judiciais em andamento contra o hospital;
- Devido aos atrasos, hoje a unidade hospitalar trabalha com déficit de profissionais de saúde. Faltam médicos em diversos setores, cujo detalhamento será mostrado no Anexo III deste relatório;

- Os insumos atualmente em estoque são insuficientes para atender os pacientes, e não há verba para compra de novos insumos;

- A mesma situação acima mencionada ocorre com a parte de alimentação e de medicamentos do hospital;

- Detectou-se que existe uma carência de equipamentos, que implica na diminuição da eficiência do sistema, e afeta o número de pacientes que podem ser atendidos;

- O número de funcionários hoje no hospital está acima do necessário, em algumas áreas, dessa forma inflando a folha de pagamento e deixando outros setores, como o de médico plantonistas com déficit de profissionais;

- O setor de combate ao Covid-19 foi desmantelado, e os profissionais de saúde que ali trabalhavam foram dispensados, bem como parte dos equipamentos foi redirecionado a outros hospitais;

- Há atraso no pagamento de fornecedores de itens necessários para o funcionamento da unidade hospitalar, como óleo para os geradores, bem como gás GLP, utilizado para desenvolvimento das atividades na cozinha e lavanderia;

- Há problemas com licenciamentos e autorizações de órgãos públicos para o funcionamento de alguns setores;

- Existe uma vulnerabilidade no acesso ao hospital, que foi detectada não só pela exposição do fato na reunião, como pela vistoria realizada pela comissão interventora no último dia 04.06.21;

- Foi detectado que a alocação onde os profissionais de saúde realizam suas pausas e descansos é completamente insalubre, inclusive vedado de circulação de ar, pois o cômodo não possui janelas. É um local desagradável, incondizente com os profissionais de saúde que trabalham na unidade hospitalar;

- Os containers, inicialmente alugados para montar o setor de combate ao Covid-19, estão abandonados, nunca foram utilizados, e o contrato continua ativo, gerando despesa de grande porte mensal para o hospital;

- O Valor residual em caixa não será suficiente para realização dos pagamentos.

1.2 – ALTERAÇÕES DE ACESSO

A fim de evitar a evasão de documentação, bem como de informações, foram realizadas as seguintes alterações:

- Troca das fechaduras no acesso aos setores de direção, finanças e jurídico;

- Bloqueios das senhas bancárias;

- Bloqueio dos acessos as câmeras, com geração de nova senha de acesso, restrita a comissão interventora;

- Contratação emergencial de empresa de segurança, para sanar a questão da vulnerabilidade de acesso físico ao hospital;

- Solicitação de apoio a Guarda Municipal do Município de Rio Bonito, bem como ao batalhão local da Polícia Militar para o auxílio no controle de entrada e saída, em especial de veículos, para evitar a possível evasão de patrimônio do hospital.

1.3 - LEVANTAMENTOS

Foram realizados pela comissão de intervenção, diversos levantamentos, sendo analisado de maneira emergencial:

- Levantamos a folha de pagamento corrente, bem como os valores atrasados devidos aos funcionários. Este valor é de R\$ 2.330.387,39 (dois milhões, trezentos e trinta mil, trezentos e oitenta e sete reais com trinta e nove centavos), sendo R\$ 1.075.542,00 (um milhão, setenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e dois mil reais) da folha corrente de funcionários celetistas, R\$ 773.984,43 (setecentos e setenta e três mil, novecentos e oitenta e quatro reais com quarenta e três centavos) valores em atraso dos funcionários autônomos, RPA e Pessoa Jurídica Individual, R\$ 144.442,00 (cento e quarenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e dois reais) de férias em atraso de funcionários celetistas, e 372.895,69 (trezentos e setenta e dois, oitocentos e noventa e cinco mil com sessenta e nove centavos) da folha dos profissionais de combate ao Covid-19. Todos os valores referentes a folha de pagamento encontram-se detalhados no Anexo I;

- Foi descoberto que existe funcionários autônomos que recebem por fora da folha, diretamente em mãos, sem recibo deste pagamento;

- Foram verificadas as listas de insumos hospitalares, de produtos de gênero alimentício, medicamentos, e insumos operacionais, hoje em falta na unidade hospitalar, para que sejam cotadas e realizadas as compras de maneira emergencial, para a plena reabertura do serviço;

- Enumeramos o quantitativo de funcionários que hoje fazem parte da folha de pagamento, totalizando 668 funcionários. Destes 573 são celetistas, 39 são RPA, 15 são autônomos e 41 são Pessoa Jurídica. Esse é um levantamento preliminar, dada complexidade que encontramos com diversas formas de pagamento, inclusive, pagamento de funcionários via nota fiscal;

2. AÇÕES A SEREM EXECUTADAS

Com o objetivo de ter reestabelecido o serviço, de maneira plena, será necessário o acerto dos valores devidos a funcionários e fornecedores, bem como a compra dos itens faltantes descritos no Anexo II, e a contratação de profissionais de saúde para suprir as demonstradas no Anexo III. Desta forma, serão necessárias as seguintes ações abaixo.

2.1 – EMERGENCIAIS

2.1.1 – PAGAMENTOS E COMPRAS

Para reiniciar o funcionamento do Hospital Regional Darcy Vargas, faz-se necessário os pagamentos pendentes de funcionários (Anexo I), fornecedores (Anexo IV) e a compra dos materiais os quais a unidade de saúde está desprovida (Anexo II), e são necessários para o mínimo funcionamento da mesma. Desta forma serão necessárias as seguintes medidas:

- Pagamento da remuneração atrasada e corrente dos funcionários, para que o serviço médico e administrativo do hospital seja reestabelecido de maneira total;

- Reversão da meia jornada para jornada integral dos funcionários, a fim de reaver o bom funcionamento das áreas com jornada reduzida;

- Acerto de contas com os fornecedores em atraso do hospital, para que os mesmos voltem a realizar a entrega do material básico necessário para o funcionamento da estrutura hospitalar;

- Realização das compras de insumos hospitalares e operacionais, medicamentos e produtos de gênero alimentício, para operação do hospital na quinzena de 07/07/21 a 22/07/21, cujo a listagem está descrita no Anexo II deste relatório.

2.1.2 – CONTRATAÇÃO

Hoje, o corpo médico do hospital encontra-se deficitário, e a falta de profissionais afeta o funcionamento da unidade de saúde. É de extrema necessidade a contratação de profissionais de saúde, de maneira emergencial, para que o serviço seja reestabelecido de forma plena, pois a demanda regional recebida é grande e hoje não há médicos suficientes para supri-la. Há também a questão da vulnerabilidade nos acessos e anexos do hospital, que precisam ser sanadas de forma imediata. Desta forma, será preciso executar de forma urgente:

- Contratação de médicos para as áreas carentes do hospital, conforme noticiado no Anexo III do presente relatório;

- Contratação de empresa para compra e instalação de 10 (dez) câmeras, conforme solicitado pelo setor de TI, que foi quem detectou esta necessidade em pontos do hospital que hoje não são cobertos pelo atual sistema de monitoramento;

- Contratação de empresa de vigilância para controle de acessos nas áreas comuns e anexas do hospital, de maneira evitar possível circulação de pessoas que não tenham vínculos com pacientes, ou que não sejam funcionários do hospital.

2.1.3 – CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS

Existem hoje algumas adequações solicitadas pela Vigilância Sanitária Estadual e pelo Corpo de Bombeiros para que alguns setores do hospital possam funcionar sem impedimentos. Para cumprir essas solicitações, nós precisaremos:

- Contratação emergencial de um Técnico de Segurança do Trabalho, para estabelecer e aplicar as diretrizes de segurança requisitadas;

- Instalação das luzes de emergência na área do Centro de Tratamento Intensivo (CTI), bem como adequação do piso do CTI para que ele seja reaberto;

2.1.4 – COMBATE AO COVID-19

De forma anômala, em plena pandemia, o setor emergencial de internação e tratamento de casos relacionados ao Covid-19 foi desmantelado. Com a possibilidade de uma nova onda de

casos, e por se tratar de um hospital de referência regional, é necessário o reestabelecimento deste setor. Desta forma, será necessário:

- Reestabelecer prontamente os profissionais do setor que foram dispensados pela gestão anterior, de maneira arbitrária, sem qualquer justificativa para fazê-lo;
- Verificar a necessidade de equipamentos do setor, já que com o desmantelamento, alguns deste foram redirecionados para outras unidades de saúde do Estado.

2.2 – DE CURTO PRAZO

2.2.1 – DEMISSÕES

Devido ao alto valor da folha, e a detecção de que há mais funcionários em alguns setores que o necessário para o funcionamento da unidade hospitalar, foi detectada a necessidade de demissões em alguns desses setores. O inchaço da folha de pagamento vem causando reiterados atrasos nos pagamentos dos vencimentos, bem como muitos funcionários tiveram suas jornadas reduzidas, com redução de ordenado, na tentativa de reduzi-la. Porém, isso afetou de maneira significativa setores cujo número de funcionários está dentro da normalidade, reduzindo assim sua eficiência. Desta forma será necessário:

- Inicialmente, demissão de autônomos, RPA e Pessoas Jurídicas Individuais, pois os mecanismos de rescisão contratual são mais simples;
- Demissões pontuais de funcionários celetistas para melhor ajuste das ações realizadas pela Comissão Interventora;
- Revisão dos contratos de trabalho e recadastramento de todos os funcionários para verificar se há irregularidades nas contratações e pagamentos;
- Após a revisão e recadastramento, demitir ou rescindir os contratos de trabalho de quem esteja atuando de maneira irregular, ou que esteja além das necessidades que o setor necessita.

2.2.2 – CONTRATOS

Dado os problemas de déficit de caixa da gestão anterior, e para lisura do processo interventivo, serão revisados todos os contratos de fornecimento e prestação de serviço, sendo encerrados ao final aqueles considerados acima da média de preços praticados no mercado. Para novas contratações, será implementado o sistema de tomada de preço, a fim de dar maior transparência aos contratos pactuados pela Comissão Interventora e pelos futuros gestores. Além disso, abolir os fornecimentos avulso, feitos sem contratos, que existem no modelo atual. Sendo assim, seguiremos as seguintes diretrizes:

- Encerramento, com caráter imediato, dos contratos de fornecimento e prestação de serviços em desacordo com as normas estabelecidas pela Comissão Interventora;
- Firmamento de novos contratos para suprir as demandas existentes, e para substituir aqueles que forem encerrados, se for necessário;

2.2.3 – COMPRAS DE EQUIPAMENTO

Conforme supra citado, existe uma carência de equipamentos, que impedem o pleno funcionamento dos procedimentos médicos executados pelos profissionais. Parte desse deficitário se deve a alta demanda regional, e outra parte a não reposição de aparelhos defeituosos e obsoletos. Desta forma, para pleno funcionamento, é preciso:

- Compra dos aparelhos requisitados, em listagem a ser entregue pelos médicos a Comissão Interventora, e anexada em relatório futuro em número suficiente para atender a demanda;
- Troca dos equipamentos com má funcionalidade ou obsoletos.

2.2.4 – TRIBUTOS

Após a análise preliminar sobre as dívidas de remuneração dos funcionários, descobriu-se que os tributos trabalhista e previdenciário estavam em atraso. Para evitar o pagamento de multas e correções cada vez maiores, se vê necessária a quitação desses débitos tributários. Exposto isso, devemos:

- Calcular e realizar o pagamento dos valores referente ao INSS, recolhidos e não repassados a instituição desde outubro de 2020;
- Levantar, calcular e realizar o pagamento do FGTS dos funcionários, maior motivo das ações trabalhistas movidas contra o hospital, que nunca foi pago em todos esses anos pela gestão anterior.

2.3 – DE MÉDIO PRAZO

2.3.1 – OBRAS

Além das obras iniciadas pela gestão anterior, é necessário melhorias na área reservada ao descanso e pausa dos médicos e enfermeiros, que se encontra em condição completamente insalubre, de modo a prejudicar o rendimento dos profissionais de saúde. Ademais, as áreas da cozinha e da lavanderia estão desacordo com as normas, segundo laudo da Vigilância Sanitária Estadual, enviado ao Prefeito do Município de Rio Bonito Após uma análise preliminar, verificou-se que:

- É de extrema necessidade a reforma da área de repouso dos profissionais de saúde, a fim de lhes dar melhores condições em seus momentos de pausa e repouso;
- Entender em que passo está a obra iniciada pela gestão passada e terminá-la, para evitar a degradação dos materiais já adquiridos, dessa forma, não desperdiçando o recurso público já utilizado na compra dos mesmos;
- Adequar as áreas da cozinha e lavanderia do hospital, possivelmente as realocando em um dos anexos da unidade hospitalar, com propósito de cumprir as exigências dos órgãos fiscalizatórios estaduais.

4 - CONCLUSÃO

Por todo exposto, percorrido todos os elementos necessários para o pleno funcionamento do Hospital Regional Darcy Vargas, é nítido que se faz urgente a liberação do repasse de verba pela Prefeitura Municipal de Rio Bonito, no montante aproximado de R\$ 4.154.387,39 (Quatro Milhões, Cento e Cinquenta e Quatro Mil, Trezentos e Oitenta e Sete Reais com Trinta e Nove Centavos) para que sejam realizadas as ações emergenciais, e posteriormente um adicional suplementar, a ser informado em relatório futuro, para cumprir as carências de curto e médio prazo.

Sendo assim, por se tratar de apuração preliminar, e por ter exposto todos as contrariedades decorrentes da antiga gestão, e os remédios para saná-las, trazendo o hospital para sua cabal capacidade, em favor da população da região, dou por encerrada a exposição.

É o relatório!

Rio Bonito, 08 de junho de 2021.

EDSON SORRILHA FILHO

Membro responsável pelo relatório

MARIA CAROLINA DE FREITAS

Membro responsável pela revisão do relatório

JUBERTO FOLENA DE OLIVEIRA JUNIOR

Interventor